

ESSA TERRA É TIMBIRA: Pukobyê e Crêhchteh

Karilene Costa Fonsecaⁱ

Resumo: O presente trabalho discute a expansão agro-pastoril nas campinas sulmaranhense, a partir do processo de invasão dos criadores de gado no território Timbira. Pretende-se salutar as três vias de expansão-agropastoril e extrativista, responsável pelo conflito entre indígena e não indígena no século XX, visto que, os conflitos agrários foram os precursores do etnocídio de algumas etnias da família Timbira neste período. Contextualizamos a história dos Pukobyê e Crêhchteh no viés da etnologia. Neste artigo, analisamos o processo de resistência desses sujeitos: as estratégias utilizadas por estes para organização de seus grupos. Evidenciando a história a partir dos indígenas, não os refutando o papel de sujeitos sociais. Os Pukobyê e Crêhchteh, estão localizados no sudoeste do Maranhão.

Palavras-chaves: Pukobyê, Crêhchteh, resistência.

Em 1604, antes da chegada das embarcações europeias a São Luís-Ma, estimava-se uma população de 250.000 índios em todo o território maranhense. No século XX, foram reduzidos a 12.000 (FONSECA, 2010)ⁱⁱ.

O Tupi-guarani, um dos maiores troncos linguísticos indígenas do Brasil, tornou-se o grupo predominante no Maranhão, cerca de 60% dos silvícolas constituíam deste tronco. Com a chegada dos colonizadores, consolidou-se uma redução drástica dos aborígenes, resistindo 40% destes.

Entre os povos colonizados estavam os Tupinambá, Barbado, Sakamekrâ. Amanajó, Kriê, Uruati, Tremembé; Kenkateiê, Guanaué, Araiouse, Gamella, Pobzé e Kapiekrã, todos oriundos do tronco linguístico Tupi-Guarani, posteriormente estes foram extintosⁱⁱⁱ.

Os aborígenes do Maranhão pertencem aos troncos linguísticos, Tupi-Guarani e Macro-jê. Do tronco Tupi-Guarani, forma-se a família Tupi: Tenetehara (Guajajara), Tembè, Urubu-Kaapor e Guajá. Do tronco Macro-Jê, a família Timbira: Apaniekrá, Rankokamekrá; Crêhchteh e Pukobyê. Culturalmente, estes não perderam suas características materiais e imateriais, e um dos fatores fundamentais é a língua, que, muito contribuiu para sobrevivência desses povos.

O relatório do Conselho Indigenista Missionário^{iv} discute as discrepâncias da colonização no Maranhão (p.38, 1988):

1616: trinta índios Tupinambás são assassinados em sua aldeia em Alcântara (antiga Tapuitapeva), como exemplo para que os outros índios não se rebelassem. 1618 repressão contra a rebelião dos tupinambás de Alcântara e

Cumã (perto de Guimarães), que resultou no assassinato de 30.000 índios. Essa repressão foi dirigida pelo notório preador de índios, Bento Maciel Parente, que chegou a ser Governador do “Estado do Maranhão e Grão Pará. 1620: Barbados, Guanaué e Araiouse (Vale do Munim) são trucidados. 1649: repressão contra os uruatis, por terem matado três jesuítas e um irmão leigo que os queriam aldear. 1671: Tremembés (perto do atual Tutoíá) são reprimidos. Seu líder foi trazido para São Luis e amarrado na boca de um canhão que, aos explodir, o despedaçou.

O território Timbira fica entre as caatingas áridas do Nordeste e as florestas úmidas da Amazônia, estendendo-se em uma região com características do Norte e Nordeste. É a famosa campinas do sul no Maranhão, cercada por rios e florestas ciliares e entremeadas de tufos de matas e de palmais (RIBEIRO, 1922)^v. Este era o território povoado por milhares de Timbira. Eram quinze grupos tribais desta família, oriental e ocidental, espalhados pelas vastas áreas do cerrado. Destes aborígenes, apenas seis resistiram ao impacto do colonizador: Apaniekrá, Rankokamekrá; Crêhchteh; Krahó, Apinayé e Pukobyê. (RIBEIRO, 1995)^{vi}.

Os Timbira orientais, estão localizados à margem direita do rio Tocantins, são formados pelos seguintes grupos: Parakateyê ou gavião do oeste, no estado do Pará; Krahô e Apinayé, no estado do Tocantins; Apaniekrá, Rankokamekrá, Crêhchteh e Pukobyê, no estado do Maranhão (BOSSI,1992)^{vii}.

Os Timbira ocidentais, encontram-se a margem esquerda do rio Tocantins, ao norte do estado do Tocantins, os Apinayé. Ainda que este apresente características “dessemelhantes” aos Timbira orientais, todavia, possuem peculiaridades culturais muito próximas aos Timbira orientais, assemelhando-se em eixos básicos, a sua estrutura social aos demais Timbira (NIMUENDAJU^{viii}, 1946; MELLATI^{ix}, 1978; DA MATTA^x, 1976; LAVE^{xi}, 1967).

Os Timbira ofereceram sérios problemas para as relações pacíficas, estes resguardavam os seu territórios das ocupações dos donos de gado. Vários foram os conflitos, condenando o indígena ao fracasso (CALMON^{xii}, 2002).

Ribeiro descreve o período de expansão pastoril nas capinas maranhense:

Sobre os campos dos timbira avançaram criadores de gado e rebanhos vindos de várias direções: dos sertões de Pernambuco e da Bahia dos rios São Francisco e Parnaíba, numa lenta expansão que levava dois séculos para atingi-los; de Goiás, descendendo pelas margens do rio Tocantins, do Maranhão mesmo, avançando ao longo do vale do Itapicuru. A primeira onda fora a mais violenta. Saía das caatingas e lutava para conquistar campinas verdes e ricas aonde seus rebanhos se viriam livres dos longos meses de estiagem e duas secas periódicas. Mas, diante dos Timbira, nada podiam simples vaqueiros com os poucos recursos do curral. Para desalojá-

los, o invasor se viu compelidos a arrematar-se em verdadeiros grupos de guerras, em bandeiras compostas de cem a duzentos homens, aliciados entre os sertanejos e postos sob comando de um caudilho local. (Idem, 1922, p.73).

As frentes de expansão agropastoril na região sulmaranhense se deram por três via. A primeira utilizando o curso do rio Tocantins a partir de Belém e do estado do Goiás, com o intuito de domesticar os índios.

A segunda pelos rios Itapecuru e Mearim, desde São Luís, procuravam a ocupação do sertão maranhense. A terceira se deu pelos criadores de gado, vindos da Bahia, Minas Gerais e Piauí, conquistando todo sul do Maranhão no século XX.

A penetração do território Timbira inicia no século XIX, através do curso do rio Tocantins, não discorrendo no momento consequência séria para os aborígenes, além de contatos esporádicos entre os criadores de gado com o grupo Apinayé.

Após a fundação das províncias de São Pedro de Alcântara e Carolina no Maranhão, e mais tarde Boa vista (atualmente identificada como Tocantinópolis), estado do Tocantins, os contatos entre índios e não índios ficaram mais intensos devido aos conflitos de terras. (OLIVEIRA^{xiii}, 1972).

O sertão sulmaranhense começa a ser penetrado por duas correntes de expansão: a frente pastoril, oriunda da Bahia e Pernambuco, e a frente agrícola, procedente do Pará no século XX, esta terra habitada pela civilização Timbira (BARATA^{xiv}, 1981).

Desse modo, fundamentamos que, os grupos da família Timbira ocupavam territórios propícios a pecuária, do modelo tradicional^{xv}. Não obstante, suas terras foram apossadas por criadores de gado.

Os primeiros grupos indígenas a padecerem a essas invasões foram os Krahô, Apaniekrá, Rankokamekrá e Pukobyê. Posteriormente pela frente extrativista, Parakateyê e os Apinayé, pelo ciclo da castanha e do coco babaçu.

As frentes de expansão (agrícola, pastoril e extrativa), expulsavam os indígenas de suas terras tradicionais ou dizimavam aqueles que protegiam seus territórios de invasões. Partindo desse pressuposto, concordamos com Barata,

As formas de atuação, dessas frentes dependerão de alguns fatores que são fundamentais, tais como: do valor dado a terra ou aos produtos nela contidos (Da Matta,1976);da maior ou menor proximidade de estradas ou núcleos urbanos; da necessidade ou não da incorporação da mão-de-obra indígena nas atividades econômicas da frente; do maior ou menor volume de

investimento de capital e etc., pois são eles que vão determinar o maior ou menor grau de integração do índio à sociedade nacional e ,portanto, a especificidade das relações estabelecidas.(Idem,1995,p.38).

Os colonizadores da frente de expansão agrícola e pastoril estão divididos em dois grupos: sulistas e tradicionais. Todavia, na linguagem regional, eram chamados de fazendeiros sulistas e fazendeiros maranhenses. Como explica Barata (1981, p.65):

Maranhense é, portanto, uma categoria diferenciadora daquela que engloba os “sulistas”, que é usada para aqueles fazendeiros capitalizados chegados recentemente à região, que têm a sua produção quase que inteiramente voltada para o mercado. Os fazendeiros tradicionais diferenciam-se fundamentalmente dos “sulistas”, em primeiro lugar, porque a apropriação de suas terras não foi feita através da compra e sim através da posse, tendo sido posteriormente escrituradas. Essas pequenas fazendas vêm sendo passadas de pai para filho por herança.

No final do século XX todas as terras aproveitáveis estavam controladas por criadores de gado. Os grupos Timbira, que, não se submeteram ao processo de expansão agropastoril, foram coagidos a apartar-se de seus territórios, recorrendo a refúgios em outros estados.

Os Timbira que não fugiram dos criadores, diminuíram drasticamente, de forma que, não puderam ocupar os poucos campos que lhes foram reservados com a pacificação dos conflitos entre criadores de gado e índios (RIBEIRO, 1995).

Não há estatística exata aos grupos que foram extinto das quinze tribos Timbira, que povoavam o sul do Maranhão. No entanto, alguns pesquisadores certificam que sobreviveram a este ciclo aproximadamente quatrocentos Krahô e trezentos Apaniekrá.

Para Nimuendaju^{xvi} (1883) foram extintos aproximadamente 30.000 índios de todas as tribos Timbira.

Pukobyê-Gavião

A história dos índios Pukobyê fundamenta-se dentro de dois períodos importantes, nas duas frentes de penetração.

A primeira situa-se no final dos anos 40, envolvendo toda nação Timbira. A segunda estabelece-se entre as décadas de 50 e 70 com a abertura da rodovia Belém- Brasília, atraindo para essa região um grande número de pessoas, dividindo-se em três fases:

A primeira é formada por nordestinos e sertanejos, que emigraram das secas e foram atraídos por terras de “poucos homens”; logo após, por maranhenses, que vinham das zonas de pouca povoação, a exemplo, Grajaú.

A segunda é organizada por fazendeiros “capitalistas” oriundos do sul da Bahia, Minas Gerais e Piauí, conhecidos pelos sulmaranhenses como “Sulistas”.

A terceira é conhecida como a fase contemporânea, fatal aos Pukobyê, seus territórios foram ocupados por lavradores. “Os agricultores invadiram a terra Timbira, se apropriando dos bens naturais desta família” (BARATA, 1981).

Os sulistas que chegavam às campinas sulmaranhenses, não encontrando mais terras disponíveis, voltavam para o cerrado ocupando áreas dentro do território indígena, ocasionando conflito direto entre fazendeiros e índios (COELHO, 1983)^{xvii}.

Os documentos oficiais discutem que após a colonização ocorrida entre 1850 e 1929, em consequência da frente pastoril, foram extintos aproximadamente 1.000 Pukobyê, com a probabilidade para mais. (MELLATI, 1978).

Os Parakatêye do Pará, (popularmente conhecidos por gaviões), provavelmente fizeram parte dos Pukobyê do Maranhão. Historiadores regionais argumentam que estes evadiram dos seus territórios tradicionais em razão das constantes perseguições dos fazendeiros. Atualmente estão no leste paranaense (BARATA 1995).

Crêhchteh

Em 1929, os Crêhchteh (identificados por Krikati pelo não indígena) da aldeia Caldeirão, localizada ao extremo do rio Pindaré, foram compelidos pelos fazendeiros a afastarem-se de suas terras. Diante das contínuas ameaças de morte e do possível conflito com os invasores, os indígenas fugiram de seus territórios por pusilanimidade. Este massacre não ocorreu devido à interferência do Serviço de Proteção ao Índio-(SPI), que removeu o povo Crêhchteh para uma região longínqua (RIBEIRO^{xviii}, 1996).

A história de invasão do território Crêhchteh inicia com a fundação da colônia Santa Tereza, atualmente conhecida por Imperatriz-MA. As pesquisas historiográficas e etnológicas registram a passagem do grupo nesta cidade, a partir da oralidade dos mais velhos.

Com a chegada dos invasores a Imperatriz, os Crêhchteh refugiaram-se na cidade de Montes Altos-MA, não obstante, a região foi povoada e tornou-se um centro comercial para

atender aos fazendeiros, surgindo conflitos de terras (CARVALHO^{xix}, 2006). Os Crêhchteh, sob ameaça do genocídio, saíram de seus territórios tradicionais, esquivando para as terras dos Pukobyê.

No século XIX, alguns pesquisadores formularam a idéia de que os Crêhchteh teriam sido extintos (Niumuendajú, 1946; Melatti, 1978; Da Matta, 1976; Lave, 1967). Estes apresentaram tal análise, porque o grupo se estabelecia no cerrado, caracterizado por grandes áreas de campos naturais, propícia à pecuária e à exploração. Surge daí a justificativa de Niumuendajú (1946) sobre o etnogenocídio e o uso da terra deste grupo para criação de gado.

Diante de algumas investigações, evidenciou-se, que juntamente com os Pukobyê existiam alguns indivíduos, embora semelhantes, no entanto, não faziam parte deste grupo: os Crêhchteh, que, fugindo do ambiente de ameaça, resistiam à opressão dos grandes criadores de gado. Tornando visível a organização e a resistência deste povo, inerente à força guerreira Jê-Timbira; “assim é que os Crêhchteh de Montes Altos se referem aos Pukobyê, povo da mata, e os Pukobyê denominam os Crêhchteh como Pongateve, povo dos belos campos” (BARATA, 1995, p.33).

Por um período ilimitado, os Crêhchteh conviveram no mesmo território com os Pukobyê, utilizando de suas características físicas e socioculturais congêneres aos Pukobyê para ocultar a sua identidade. Esta estratégia tornou-se fundamental para a sua sobrevivência.

Crêhchteh quer dizer “aqueles da aldeia grande”, denominação reconhecida pelos demais Timbira e povos da região. Os Crêhchteh afirmam que: “a força está no coletivo, no canto dos mais velhos, no passo seguido pelos jovens e crianças, na dança do Wý'tý^{xx}”.

Compreendemos que os resquícios culturais deixados pela passagem do povo Crêhchteh estão latentes no Maranhão, vestígios de patrimônios materiais e não materiais nas áreas em que se estabeleceram em Imperatriz e microrregiões (BARROS, 1999).

Constatamos que os pesquisadores contemporâneos são cômicos que privaram de suas produções a história destes povos, com intuito de legitimar o colonizador.

A história dos grupos indígenas no sul do Maranhão torna-se espargido pela sociedade não indígena a partir dos relatos dos antropólogos como Mellati, Nimuendaju e Lave (1978, 1946; 1967), que evanescidos pela observação, passaram a investigar os indígenas no sul do Maranhão, em meados do século XIX.

Com a efervescência dos conflitos agrários no território indígena, os pesquisadores regionais publicaram informações sobre os aborígenes, Francisco de Paula^{xxi} e Socorro

Cabral^{xxii} (2002; 1992). Tais pesquisadores tornaram “notáveis” os aborígenes das campinas, publicando a história de resistência pela terra, mesmo que, estruturalmente e legitimando o colonizador.

ⁱ Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

ⁱⁱ FONSECA, Karilene Costa. *Wý'tý Crêhchteh: uma análise da participação da criança no ritual*. Monografia apresentada a Universidade Estadual do Maranhão-Imperatriz-Ma, 2011, p.7-91.

ⁱⁱⁱ Fonte: Conselho Missionário Indigenista. Relatório delatando o genocídio do contato do colonizador com o indígena

^{iv} CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *POVOS INDIGENAS NO MARANHÃO*. São Luís-Ma: CIMI, 1988, p.5-45.

^v RIBEIRO, Darcy. *O povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1922, p.12-150.

^{vi} _____. *O povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p.10-122.

^{vii} BOSSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

^{viii} NIMUENDAJU, Curt Unkel. *The Eastern Timbira*. Berkley & Los Angeles: University of California press, 1946, p.12-145.

^{ix} MELATTI, Júlio César. *Ritos de uma tribo Timbira*. São Paul: Ática, 1978, p.10-122.

^x DA MATTA, Roberto. *O mundo dividido: A estrutura social dos índios Apinayé*. Petrópolis: Vozes, 1976, p.8-122.

^{xi} LAVE, Jean Carte. *Social taxonomy among the krikati(Jê) of Central Brazil* (Doctorod end Anthropologic)-HARVARD, Cambridge, 1967, p.12-300.

^{xii} CALMON, Pedro. *História da Civilização brasileira*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 9-133.

^{xiii} OLIVEIRA, R.C. *Sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1972, p.3-122.

^{xiv} BARATA, Maria Helena. *Os Pukobyê e os Kupên: Analise de um Drama*. Brasília: UNB, 1981, p.11-140.

^{xv} Criação de gado em campos aberto.

^{xvi} NIMUENDAJU, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos apocúva-guarani*. Tradução de Charlotte Emmerich e Eduardo B, São Paulo: Vozes, 1883, p.10-133.

^{xvii} COELHO, Elizabeth Maria Bezerra. *Levantamento da Situação das Áreas indígenas no Maranhão: Relatório de pesquisa*. UFMA. São Luís, 1983, p.8-122.

^{xviii} RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: Integração das populações no Brasil*. São Paulo: companhia das letras, 1996, p.8-100.

^{xix} CARVALHO, Carlota. *Os Sertões: subsídios para história e a geografia do Brasil*. Organização e notas de Adalberto Franklin. 3 ed.rev. e ampl. Imperatriz-Ma: Ética, 2006, p.87-441.

^{xx} Ritual de iniciação, em que a criança do sexo masculino é inserida no grupo dos jovens. E o jovem é iniciado no grupo de guerreiros

^{xxi} RIBEIRO, Francisco de Paula. *Memórias dos Sertões maranhenses*. Ed Seciliano, São Luís, 2002.

^{xxii} CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*: prefácio de Manuel Correia de Andrade - São Luís, 1992.